

**Apresentação pública dos acervos documental e bibliográfico do
Professor Barbedo relacionados com Timor-Leste e a política
internacional;**

Debate sobre a eventual criação de um futuro

Centro de Documentação Professor Barbedo

da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

2017.07.12 | Biblioteca da FEUP

Os acervos bibliográfico e documental são dois conjuntos de documentação acumulados pelo Professor António Barbedo de Magalhães, entre 1974 e 2007, com a colaboração de algumas pessoas, nomeadamente da Comissão para os Direitos do Povo Maubere do Porto e da Associação Paz e Justiça para Timor-Leste, centrada na Paróquia de Nossa Senhora da Ajuda, no Bairro da Pasteleira do Porto e mais tarde, a partir de 1989, por pessoas ligadas ou a trabalhar para a Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto.

Trata-se de livros e documentos relacionados com o drama do Povo Timorense durante a ocupação, com a sua luta pela sua dignidade, autodeterminação e independência e com a luta da solidariedade, nomeadamente a sedeadada no Porto e liderada pelo Professor Barbedo. Inclui documentos do período de preparação para a autodeterminação, em 1974/75, infelizmente interrompida abruptamente pela ingerência dos serviços secretos indonésios e de potências ocidentais e também do período pós consulta popular de autodeterminação e primeiras fases da difícil construção do Estado democrático de Timor-Leste, até 2007. Inclui centenas de livros sobre história e política internacional cujo conhecimento foi fundamental para afinar a estratégia da solidariedade e a tornar tão eficaz quanto possível, apesar dos muros de silêncio e das barreiras à divulgação de informações que dificultavam o combate às insistentes contrainformações, que se faziam passar por informações verídicas.

Nessa documentação estão incluídos os espólios de outras pessoas que tiveram um papel muito importante na solidariedade, nomeadamente o Deputado Raúl Brito, do Partido Socialista, o Padre José Lopes Baptista, da Paróquia de Nossa Senhora da Ajuda, sediada no Bairro da Pasteleira, no Porto e do Padre Bernardino de Queirós Alves, Pároco de Mozelos e Sermonde, também da diocese do Porto.

Relativamente à solidariedade liderada pelo Professor Barbedo, fugiu ao modelo tradicional, em que a solidariedade fazia o que o Movimento de Libertação, identificado como tal pelas Nações Unidas, lhe pedia. Neste caso a solidariedade preocupou-se, também, e em primeira instância, em garantir que Portugal cumprisse até ao fim as suas obrigações de Potência Administrante de criar condições para que pudesse ter lugar uma escolha democrática feita pelo respetivo Povo que permitisse a sua livre autodeterminação. Isto apesar de, até

meados de 1981, a FRETILIN pretender que Portugal reconhecesse a independência por esta declarada unilateralmente em 28 de novembro de 1975.

Em finais de 1978 a «Rádio Maubere» foi capturada pelas forças ocupantes e caiu a última Base da Resistência, no Monte Matebian, capturada pelas forças indonésias. Ao fim de quase três anos sem notícias da Resistência Armada nas montanhas, em julho de 1981 a FRETILIN aceitou, finalmente, que o Professor Barbedo desenvolvesse o seu trabalho de solidariedade não com base na exigência de que Portugal reconhecesse a Independência declarada unilateralmente em 28 de novembro de 1975 mas, em alternativa, lembrando e exigindo que Portugal assumisse plenamente as suas responsabilidades de Potência Administrante. Esse acordo, dado em julho de 1981 pelo representante da FRETILIN em Portugal, foi pouco depois confirmado pelas estruturas da Resistência numa reunião em Maputo. Isso abriu caminho à realização pelo Professor Barbedo, em conjunto com a Comissão para os Direitos do Povo Maubere do Porto, de que fazia parte, de um conjunto de iniciativas, com base numa nova estratégia. A tarefa mais importante foi mobilizar todos os partidos com assento parlamentar para assumirem as responsabilidades portuguesas para com o território não autónomo de Timor, ainda formalmente sob sua responsabilidade. Coerentemente com essas responsabilidades e depois de meses de conversas com deputados de todos os grupos parlamentares, foi criada, em maio de 1982, por voto unânime de todos os partidos com assento na Assembleia da República, a Comissão Eventual da Assembleia da República para Acompanhamento da Situação de Timor.

Na visita que o secretariado desta Comissão Eventual fez à Austrália, alguns meses depois da sua tomada de posse, falou com muitos refugiados e ficou a saber que a situação humanitária em Timor continuava a ser muito grave.

Na visita que fez pouco depois à ONU, em Nova Iorque, tomou conhecimento de que Portugal nunca tinha cumprido as suas obrigações perante as Nações Unidas de apresentar, no mínimo, um relatório anual sobre a situação no território.

Perante estas informações, do conhecimento dos partidos do governo e da oposição, o Governo Português sentiu-se obrigado a fazer uma grande campanha diplomática, 'in extremis', para evitar a derrota de uma resolução na Assembleia Geral das Nações Unidas prevista para o outono de 1982. O resultado do 'forcing' do Governo Português foi uma vitória portuguesa, consubstanciada pela aprovação, embora só por quatro votos de diferença da Resolução 37/30, de 3 de novembro de 1982 que mantinha a questão em aberto na ONU. A mudança de atitude de Portugal, nos meses que antecederam a votação, foi de tal maneira surpreendente que nunca mais, até 1999 os governos indonésio e dos seus principais aliados ousaram propor mais qualquer votação na Assembleia Geral da ONU. Foi com base nesta resolução de 1982 que, em 5 de maio de 1999, Portugal e a Indonésia chegaram a acordo, sob os auspícios do Secretário-geral da ONU, para que fosse feita uma consulta popular ao Povo

Timorense, em 30 de Agosto de 1999, que foi um efetivo referendo de autodeterminação.

Em Março de 1981, Xanana Gusmão, um dos dois únicos membros do Comité Central da FRETILIN sobreviventes nas montanhas (de cerca de cinquenta iniciais) conseguiu fazer uma primeira reunião de um número reduzido de remanescentes das Falintil (as forças armadas da Resistência) que tinham conseguido escapar à prisão e à morte pelas forças indonésias. Nessa reunião, feita em Lacluta, nas montanhas de Timor, foi definida uma nova estratégia para a luta, de 'convivência com o inimigo' e de progressivo afastamento das Falintil relativamente à FRETILIN para a Resistência se ir tornando, progressivamente, numa Resistência verdadeiramente Nacional e suprapartidária.

Sem saber nada sobre essa evolução política nas montanhas de Timor, porque as redes da Resistência clandestina tinham sido também destruídas em finais 1978 e só em 1983 é que chegaram ao exterior, quer aos representantes da frente diplomática da Fretilin quer à solidariedade e, depois, à imprensa, notícias destas evoluções internas, ao fim de perto de cinco anos sem comunicação, constatou-se uma convergência das políticas da liderança da Resistência nas montanhas de Timor e de uma parte da solidariedade internacional, nomeadamente portuguesa.

Este processo interno, que foi fundamental para a luta diplomática e para a eficácia da solidariedade culminou com a controversa mas importantíssima saída de Xanana Gusmão da FRETILIN, em 7 de dezembro de 1987, ao fazer o reajustamento estrutural da Resistência e se tornar o líder suprapartidário de uma Resistência verdadeiramente nacional.

Nisto, como em muitos outros aspetos, a luta do Povo Timorense pela sua dignidade, liberdade, autodeterminação e independência tem aspetos inovadores únicos que merecem estudo e divulgação, pois são importantes lições políticas para a Humanidade.

No arquivo da FEUP encontram-se textos que documentam estas sucessivas fases da luta.

Grande parte da documentação do acervo foi produzida ou recolhida no quadro das iniciativas e atividades de solidariedade da Comissão para os Direitos do Povo Maubere, da Associação Paz e Justiça para Timor-Leste e, a partir de 1989, da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto. Esta Comissão, nomeada e presidida pelo Reitor da Universidade do Porto, Professor Alberto Amaral, na qualidade de Reitor da que era, então, a maior universidade portuguesa, foi criada em 1989 e funcionou até 1998, pouco depois da cessação do mandato do Professor Alberto Amaral. Foi constituída pelo próprio Reitor, Professor Alberto Amaral, pelo Pró-Reitor Professor Nuno Grande e pelo Professor António Barbedo de Magalhães, coordenador da Comissão e principal organizador das suas atividades e iniciativas.

Pelo facto de agir em nome da Universidade do Porto e do seu Reitor, o Professor Barbedo conseguiu abrir muitas portas antes completamente

fechadas, nomeadamente de universidades e outras instituições educativas alemãs, australianas, americanas, canadianas, brasileiras, e de outros países, onde organizou numerosas conferências e debates. Ao fim de mais de um ano de preparação, conseguiu organizar, em conjunto com a solidariedade da ETAN (East Timor Alert Network dos EUA e do Canadá) e da solidariedade luso-americana do LAMETA (Luso American Mouvement for East Timor Autodetermination), em fevereiro de 1997, um conjunto de conferências e debates em 13 universidades americanas e duas canadianas. Estas iniciativas foram preparadas para ter lugar pouco depois da tomada de posse de uma nova Administração Americana, marcada para janeiro de 1997. O anúncio da atribuição do Prémio Nobel da Paz a Ramos Horta e ao Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo, em Outubro de 1996 e a participação de Ramos Horta na delegação liderada pelo Professor Barbedo facilitou e aumentou muito o impacto destas iniciativas e terá contribuído para viabilizar a inclusão neste périplo de uma audição na Legislatura do Estado do Massachussets e outra no Caucus dos Direitos Humanos do Congresso Americano.

O impacto destas conferências e audições foi ampliado pela presença e pelas intervenções de uma grande delegação enviada pelo Governo Indonésio, com diplomatas e membros dos seus serviços secretos, para acompanhar minuciosamente as intervenções da delegação liderada pelo Professor Barbedo, que teve o cuidado de pedir aos seus colegas americanos para incluir nos debates tempo para falar a delegação Indonésia.

A sessão realizada na Legislatura do Estado do Massachussets contribuiu significativamente para este estado americano decidir, poucos meses depois, a imposição de sanções às empresas que desenvolvessem negócios com a Indonésia enquanto não fosse posto termo à ocupação e às sistemáticas violações dos direitos humanos em Timor-Leste.

No Caucus dos Direitos Humanos do Congresso Americano participaram dirigentes timorenses da FRETILIN, da UDT e do CNRT, dois timorenses residentes no território, Armindo Maia, Vice-Reitor (e Reitor em Exercício) da Universidade de Timor-Timur criada pela Indonésia em Dili e o pastor protestante timorense Arlindo Marçal, e uma importante delegação internacional. Nesta, alguns congressistas americanos, incluindo Patrick Kennedy, ouviram os testemunhos e denúncias de violações dos direitos humanos pelas forças de ocupação indonésias, feitas quer pelo então já Prémio Nobel da Paz, José Ramos Horta quer pelo Professor da universidade indonésia de Salatiga, George Aditjondro. O seu impacto numa parte da classe política e da opinião pública americana foi significativo. A delegação indonésia não conseguiu esconder a sua preocupação com os efeitos destas iniciativas no seu mais importante aliado.

O Acervo bibliográfico tem cerca de 2500 obras catalogadas e consultáveis pelo público no 5º piso da Biblioteca da FEUP, onde ocupam cerca de 68 metros lineares de prateleiras. O acervo documental está guardado, preservado e arquivado no Arquivo da FEUP, depois de um tratamento inicial feito no quadro de um projeto com a designação de “Recuperação, Tratamento e Organização

do Acervo de Timor Leste do Prof. Barbedo de Magalhães”, apresentado pelo Serviço de Documentação e Informação da FEUP à Fundação Calouste Gulbenkian, liderado pelo seu coordenador, Jorge Pópulo, e realizado com a generosa e voluntária colaboração do Dr. Luís Pinto e o extremamente eficiente e dedicado trabalho de Sofia Elisabete Costa, que de 2016-09-15 a 2017-05-26 beneficiou de uma bolsa da Gulbenkian no quadro do referido projeto.

Este acervo documental, que ocupa cerca de 105 metros lineares de prateleiras no Arquivo da FEUP ainda não está acessível ao público, dada a natureza do Arquivo da Faculdade de Engenharia da UP, que não é um centro de documentação de acesso público, mas que este pretende tornar público e de consulta acessível universalmente por via digital se e quando for possível digitalizar e organizar os seus principais documentos.

Ultimamente este acervo tem sido objeto de diversas manifestações de interesse, nomeadamente do Ministro da Administração Estatal Timorense, o Dr. Dionísio Babo-Soares, que já o visitou, em 2017-04-06 e do Diretor do Arquivo Nacional de Timor-Leste, o Dr. Horácio dos Santos Marques.

No Congresso Internacional de Política e Imprensa Colonial, realizado em Lisboa entre 2017/05/22 e 2017/05/25, numerosos investigadores e arquivistas manifestaram o seu interesse neste acervo, considerado dos melhores do mundo relacionado com o processo de autodeterminação e independência de Timor-Leste e desejam vir a estabelecer protocolos de intercâmbio e colaboração.

A luta do Povo de Timor pela sua autodeterminação, que acabou por ter sucesso apesar de durante muitos anos ter sido considerada, por quase todos os políticos e pela opinião pública, como uma causa completamente perdida tem especificidades próprias pouco conhecidas, de natureza história, antropológica, religiosa, cultural e política que, pela sua singularidade e resultados práticos merecem ser conhecidas e estudados. São muitas e muito importantes as lições dessa luta conjunta da Resistência Timorense, nas suas componentes armada, clandestina e diplomática e também da própria solidariedade internacional.

A solidariedade portuguesa que lutou de forma mais clara para que Portugal assumisse, até ao fim, as suas responsabilidades de Potência Administrante, apesar das muitas pressões de interesses estrangeiros e de tentações em contrário, merece estudo pela estratégia definida e sucessivamente afinada e pela sensibilidade e tato político com que foi praticada.

Particularmente importante foi, também, a solidariedade indonésia, que a solidariedade sediada no Porto, e nomeadamente a da Universidade do Porto, cultivou e apoiou de forma muito especial.

A abertura de caminhos para o diálogo entre líderes timorenses e altas figuras do regime e da sociedade indonésios, foi também exemplar. Iniciada por iniciativa da Resistência, então representada, em Portugal, pelo Dr. Roque Rodrigues, com o apoio do Professor Barbedo e do democrata Indonésio do TAPOL, Liem Soei Liong, quando o General Suharto ainda era o Presidente da

Indonésia, continuou, depois, quando a Indonésia tinha um Presidente de transição, o ex-vice-Presidente Eng.^o Habibie. Teve uma última reunião/conferência já quando a Indonésia tinha o seu primeiro Presidente democraticamente eleito, o líder do Nahdlatul Ulama, a maior organização sócio-religiosa muçulmana do mundo, Abdurrahman Wahid (ou Gus Dur) que terminou com um jantar oferecido pelo Presidente da Indonésia na sua residência de verão, em Bogor.

A forma sábia como os líderes timorenses, contrariando conselhos e pressões de dirigentes políticos e até membros de diversas organizações de solidariedade estrangeiras e internacionais, conseguiram diluir tensões e conflitos internos e externos, marcados por tantas torturas e mortes, por tão longo e tão profundo sofrimento e transformar relações de inimizade e confronto em relações de mútuo respeito, colaboração e até de amizade, merece, também, estudo e reflexão, neste mundo e nestes tempos em que a guerra e o conflito continuam a ser tão praticados e tão mal resolvidos.

Na FEUP existe documentação e memórias importantes para esse estudo, que valerá a pena aproveitar e valorizar em termos práticos e na formação das novas gerações.

A Faculdade de Engenharia tem sido exemplar, no seu apoio à solidariedade com o Povo de Timor, sobretudo desde que o Reitor Alberto Amaral decidiu abraçar a Causa, não apenas a título individual mas também como Reitor da Universidade do Porto, em 1989. Mesmo antes disso, as Direções da FEUP e do Departamento de Eng^a Mecânica já encaravam positivamente essa solidariedade, que consideravam meritória mesmo que pudessem pensar que muito provavelmente seria uma causa perdida. Por isso sempre concederam todas as condições para o Professor Barbedo poder, sem prejuízo do pleno cumprimento dos seus deveres, quer pedagógicos quer na área da investigação, dedicar-se a esta Causa. Também nos seus colegas encontrou sempre uma total disponibilidade para o substituírem quando iniciativas fora do Porto e nomeadamente no estrangeiro o obrigavam a faltar às aulas. Nunca os seus alunos ficaram sem uma aula por esse motivo. Pelo seu lado, Barbedo de Magalhães procurou sempre retribuir, substituindo os colegas nas suas aulas quando por quaisquer motivos estes precisavam, também, de faltar.

Quando mudou o reitor da UP e deixou de existir a Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da UP nomeada pelo Professor Alberto Amaral, a direção da FEUP, liderada pelo Professor José Carlos Marques dos Santos, inicialmente, pelo Professor Carlos Albino Veiga da Costa, depois, pelo Professor Sebastião Feyo de Azevedo, mais recentemente, e agora pelo Professor João Falcão e Cunha, sempre acolheram e apoiaram com especial carinho a solidariedade com o Povo de Timor e a preservação da sua Memória. Sem que Barbedo de Magalhães o pedisse, quando a FEUP mudou das suas instalações na Rua dos Bragas para a Asprela, em 2000, a Direção da FEUP decidiu atribuir-lhe um amplo gabinete para poder continuar as suas atividades relacionadas com Timor. Aí esteve instalada, durante perto de quinze anos, uma associação de

solidariedade com Timor. Foi a Diretora da Biblioteca, Dr.^a Ana Azevedo, depois de falar com a Direção da FEUP, quem, sabendo que o Professor Barbedo de Magalhães tinha algumas centenas de caixas de cartão com livros e documentos relacionados com Timor-Leste, tomou a iniciativa de oferecer mais de 250 metros de prateleiras, numa sala de 'reservados', para este poder colocar, com um mínimo de arrumação, os livros e a documentação que agora estão na Biblioteca e no Arquivo da FEUP, respetivamente.

Foi graças a essa oferta da diretora da Biblioteca que o Professor Barbedo conseguiu escrever uma história política de Timor de 1941 a 2007, em três volumes, com cerca de mil páginas de texto e mais de cinco mil páginas de documentos, em formato digital, num DVD incluído no livro.

De igual modo, a liderança do Departamento de Eng^a Mecânica, da responsabilidade do Professor Vasco Sá durante a maior parte do tempo, e de outros colegas do departamento noutros anos, também teve sempre em grande consideração o trabalho de solidariedade feito pelo professor e seus colaboradores, que foram sempre bem acolhidos e apoiados pelo departamento.

Um centro de documentação é uma entidade viva, que não arquiva apenas os documentos de uma certa data até uma outra, fixas e definitivas, mas que pode prestar serviços de divulgação de documentos e eventualmente acrescentar documentos elaborados a partir de pesquisas sobre o arquivo e até acrescentar documentos mais recentes sobre os assuntos relacionados com os do próprio arquivo.

Pessoalmente, considero que o conjunto dos acervos documental e bibliográfico relacionados com Timor encerram lições muito importantes sobre como se faz a história, as guerras e as pazes. A Resistência Timorense soube muito bem fazer a guerra de resistência à ocupação e de libertação do Povo Timorense, e também soube muito bem fazer a paz com a Indonésia e estabelecer, muito rapidamente, relações de amizade e cooperação, uma e outra, de forma única e exemplar.

Uma parte da solidariedade acompanhou a liderança timorense nas suas sábias decisões de registar os factos, através da «**Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação**», a nível nacional, que em 2005 tornou público o seu relatório, «Chega». Nem todos os governos e grupos de solidariedade se reconheceram nessas decisões que pouparam muitas pessoas a qualquer julgamento formal.

«**The Indonesia–Timor Leste Commission on Truth and Friendship**», a primeira comissão de verdade e amizade bilateral do mundo, uma comissão mista de comissários nomeados, em igual número, pelos governos da Indonésia e de Timor-Leste, investigou as atrocidades cometidas em Timor-Leste nos meses anteriores e seguintes à consulta popular de autodeterminação realizada em Timor-Leste em 30 de agosto de 1999. O seu relatório final, com o título «*Per Memoriam ad Spem*», «through memory towards hope», que permanece confidencial, permitiu consolidar as boas relações de amizade entre os dois

países, reconhecendo, simultaneamente, que foram cometidas graves atrocidades, que o relatório registou, com o envolvimento de instituições do estado indonésio, cuja responsabilidade este reconheceu.

As formas de trabalho dos diferentes movimentos de solidariedade, bastante diversificados nas suas filosofias, estratégias e práticas, também encerram lições importantes.

Dentro do espírito do Manifesto da Rede para o Desenvolvimento de Novos Paradigmas da Educação, tornado público em 15 de fevereiro de 2017, que insiste na necessidade de formar cidadãos para o Mundo que se capacitem para contribuírem para a prevenção das guerras e conflitos e para a construção da paz, por mais difícil que isso ainda seja hoje, importa aprender as lições destas solidariedades e lutas e utilizar esses conhecimentos como inspiração para outras lutas que possam ajudar a prevenir ou a resolver outros conflitos. Tal como na educação, também neste domínio, da prevenção e resolução de conflitos, é necessário desenvolver novos paradigmas.

Tendo isso em vista seria útil que efetivamente fosse criado um centro de documentação dinâmico, mediante o estabelecimento de cooperações em rede com universidades, centros de documentação e outras instituições nacionais e estrangeiras, que pudesse utilizar e enriquecer os acervos documental e bibliográfico da FEUP. Seria muito interessante se a Faculdade de Letras da UP desempenhasse nisso um papel importante, a par de arquivos e centros de documentação timorenses, australianos e outros e de centros de investigação de universidades portuguesas e estrangeiras.

A digitalização dos principais documentos do Arquivo é um passo fundamental para viabilizar a divulgação e utilização, por pessoas de todo o mundo, pela via digital e dar vida e utilidade às parcerias que eventualmente venham a ser estabelecidas.

No caso de, por essa via, vir a ser criado um centro de documentação, sugiro que o nome da entidade a criar seja: «*Centro de Documentação Professor Barbedo da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto*».

Se o Centro de Documentação irá estar, ou não, sempre instalado na FEUP, o futuro o dirá. Que o Professor Barbedo foi e é, com muita honra, da FEUP e foi nesta instituição que trabalhou (e ainda trabalha) e viveu como se fosse a sua segunda casa, onde realizou uma grande parte do trabalho de solidariedade e fez ou acompanhou todo o trabalho de preservação e divulgação da memória desta luta, não há dúvidas. Caso venha a ser criado, este centro será um dos muitos frutos de uma visão humanista e da sua missão universal que a FEUP tem, cultiva e promove e que fazem dela uma grande instituição ao serviço do bem-comum da Humanidade.

Porto, 12 de junho de 2017

António Barbedo de Magalhães